O Modelo de *Deus Pai Severo* e a Metáfora de *Deus como Juiz* no sistema moral religioso dos imigrantes italianos

*Carina Maria Niederauer Granzotto
Heloísa Pedroso de Moraes Feltes*

Resumo: *This article applies The Moral Metaphor System in the realm of Cognitive Semantics by Lakoff & Johnson, to the study of the category of RELIGION from Italian immigrants' discourses from 1875 to the 1950's. Its corpus has documented sources that provide the discourses analyzed. The study is restricted to the model of GOD AS A STRICT FATHER and metaphor of GOD AS A JUDGE.*

Palavras-chave: *Semântica Cognitiva; Sistema da Metáfora Moral; Categoria RELIGIÃO.*

1. Introdução

Este estudo se situa no âmbito da Semântica Cognitiva e é parte de uma análise mais ampla que opera com a hipótese da radialidade da categoria RELIGIÃO, baseada na Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados de Lakoff e Johnson. É aplicado, entre outros elementos basilares dessa teoria, o Sistema da Metáfora Moral. Os discursos analisados fornecem tanto uma metodologia de análise a partir de fontes documentais como uma amostra dos resultados obtidos, fundamentais para a compreensão de parte da história de uma cultura regional.¹

Carina Maria Niederauer Granzotto é Mestre em Letras e Cultura Regional – Universidade de Caxias do Sul – carina.granzotto@terra.com.br

Heloísa Pedroso de Moraes Feltes é Doutora em Linguística Aplicada (PUCRS) – Universidade de Caxias do Sul – helocogn@terra.com.br

¹ Este artigo baseia-se na dissertação *Semântica Cognitiva Aplicada: a radialidade da categoria*

2. Sistema da metáfora moral e ética no estudo da categoria religião

Segundo Lakoff e Johnson (1999), grande parte da compreensão moral do homem advém de metáforas, e tais metáforas são aplicadas a diversos domínios da experiência. Para eles: “Os mapeamentos metafóricos através de domínios sugerem a intrincada rede de conexões que impõe nossas idéias morais sobre outros aspectos de nossas vidas, incluindo considerações que são técnicas, científicas, políticas, estéticas, religiosas e sociais.” (1999, p. 333).

Destacam que é importante ter sempre em mente o papel que a moralidade metafórica desempenha em nossas decisões morais. Contudo, é igualmente importante que não nos descuidemos quando o nosso sistema moral penetra de forma oculta em áreas significativas de nossa cultura, como é o caso da religião.

Os autores defendem que a Semântica Cognitiva é capaz de subsidiar de forma eficaz uma análise sobre o que são os conceitos morais e qual é a sua lógica e a isso acrescentam:

virtualmente todos nossos conceitos morais abstratos – justiça, direitos, empatia, proteção, força, retidão e assim por diante – são definidos por metáforas. Isto porque não há sistema moral que não seja metafórico. Entendemos nossa experiência através dessas metáforas conceituais, raciocinamos de acordo com sua lógica metafórica e fazemos julgamentos baseados nessas metáforas. Isso é o que queremos dizer quando dizemos a moralidade é metafórica (LAKOFF e JOHNSON, 1999, p. 325).

A universalidade dos conceitos morais, dizem, é uma questão ainda a ser investigada, mas tais conceitos tendem a ter uma certa estabilidade transcultural em um dado período de tempo. Além de não serem absolutos, os conceitos morais não são impostos, nem tão pouco arbitrários. Assim sendo, “[...] qualquer visão de moralidade que envolve princípios morais absolutos definidos por conceitos literais não pode ser realístico cognitivamente para os seres humanos, cujas categorias morais muitas vezes envolvem estrutura radial, metáfora conceptual e metonímia.” (LAKOFF e JOHNSON, 1999, p. 326).

Os domínios-fonte dessas metáforas teriam sua origem na maneira como as pessoas, de acordo com a história através das culturas, as entendem como

RELIGIÃO nos discursos dos imigrantes italianos (de 1875 à década de 1950). Na referida dissertação, foram analisados 93 segmentos dos 138 catalogados. O método adotado encontra-se em Feltes (2007). Na proposta original, toda a análise vincula-se à defesa da hipótese de uma estrutura radial para a categoria RELIGIÃO. Esse estudo na íntegra e com ampliações será publicado na obra em produção *Semântica Cognitiva Aplicada: a radialidade da categoria RELIGIÃO*.

possibilidade de bem-estar. Assim, as teorias populares básicas de bem-estar determinam a base do sistema das metáforas morais em todo o mundo.

Tal sistema, para Lakoff e Johnson, não é monolítico, pois é estruturado na noção de BEM-ESTAR, o que não lhe garante consistência. Dessa forma, a opção pela metáfora BEM-ESTAR É PROSPERIDADE ou BEM-ESTAR É SAÚDE dependerá basicamente da estrutura imposta pelos sistemas morais reconhecidos na família, bem como de nossos propósitos, interesses e contexto de ocorrência.

Para os autores, o cuidado e a proteção são elementos essenciais para o desenvolvimento do ser humano, gerando, a partir disso, uma ética da empatia e do cuidado. Partindo desse pressuposto, a FORÇA nos conduz à obtenção de nossos objetivos; logo, a FORÇA MORAL nos habilita a combater o mal. Nesse caso, o homem procura manter uma postura moral equilibrada, demonstrando forças para superar o mal, caminhando, dessa forma, rumo ao BEM-ESTAR almejado SER BOM É ESTAR EQUILIBRADO, RETIDÃO DE CONDUTA É BEM-ESTAR.

O domínio-fonte, nesse caso, está baseado em aspectos simples do cotidiano tais como: força, equilíbrio, saúde, prosperidade, entre outros. Dentre os achados mais representativos dos autores e que sofreram alguns ajustes, citam-se aqueles que colaboram mais diretamente para este estudo.

Inicia-se pela METÁFORA DA CONTABILIDADE MORAL. Para essa metáfora: (a) aumentar o bem-estar de outros é, metaforicamente, aumentar nossa prosperidade e vice-versa; (b) aumentar o bem-estar de outros dá-nos um crédito moral; e (c) causar um dano a alguém cria um débito moral: deve-se a ele um aumento de bem-estar como prosperidade. Como exemplo disso, apresentamos o seguinte recorte do *corpus* de análise: “[...] os capitéis, construídos por esta ou aquela família para pagar uma promessa, agradecer alguma graça ou para pedir proteção.” (BATTISTEL, 1981, p. 26).

Levando-se em consideração o contexto da época, o maior objetivo do imigrante era obter bem-estar para ele e para toda sua família. Diante desse quadro, as orações representavam a possibilidade de pagar os débitos para com Deus, ao mesmo tempo em que asseguravam algum tipo de crédito, pois, de acordo com o esquema moral básico da reciprocidade, se você faz algo de bom para alguém, esse alguém ficará lhe devendo algo. Há, nesse caso, uma ação moral, uma vez que é dado algo positivo, as ORAÇÕES. Dessa forma: MAIS ORAÇÃO É MAIS BEM-ESTAR [Metáfora da Contabilidade Moral]; MAIS ORAÇÕES É MAIS SANTO [Esquema moral da reciprocidade].

A metáfora da CONTABILIDADE MORAL tem como domínio-fonte TRANSAÇÃO FINANCEIRA, ou seja, possui sua própria moralidade: é moral pagar dívidas; é imoral não pagá-las. Além disso, BEM-ESTAR É PROSPERIDADE, logo o aumento de bem-estar representa um ganho, enquanto sua diminuição representa uma perda ou custo.

Dentre os esquemas morais básicos apresentados pelos autores, estão os esquemas da reciprocidade e da retribuição, uma vez que são os que melhor se aplicam à categoria RELIGIÃO. O esquema de reciprocidade está baseado em ações morais em que dar algo de valor é positivo, enquanto o contrário é uma ação imoral. Logo: Se fazem algo de bom para mim, fico em débito, mas se faço algo igualmente bom a quem me fez o bem, pago de volta e ficamos quites. No esquema moral da retribuição, a contabilidade é feita por uma autoridade legitimada. No caso específico do objeto deste artigo, Deus é a autoridade legitimada que tem o poder de julgar, condenando ou absolvendo os pecadores. A título de exemplo, vejamos o seguinte fragmento: “[...] Entregai esse negócio a Deus que é Juiz dos vivos e dos mortos e não lhe faltarão meios para humilhar o soberbo e levantar o humilde.” (BRANDALISE, 1985, p. 46).

Outra metáfora de grande produtividade na análise da categoria RELIGIÃO é a metáfora da FORÇA MORAL. Trata-se de uma metáfora complexa que exige, entre outras coisas, força para que se mantenha uma postura moral equilibrada o que acarreta, metaforicamente, SER BOM É ESTAR EQUILIBRADO; capacidade para superar as forças do mal que podem levar à perda de controle, levando à queda (perda de equilíbrio). A fraqueza moral é entendida como uma forma de imoralidade: a pessoa fraca realiza atos imorais, aderindo, dessa forma, às chamadas “forças do mal”. Existem, então, duas formas de força moral, uma ligada ao mal externo e outra ligada ao mal interno. Quando o mal é externo, a força moral que surge é a coragem. Essa força representa a superação do medo. Para o mal interno, a força que emana é a da força de vontade, que é aquela que resiste às tentações mundanas (raiva, luxúria, desejo).

Dessa forma, para a metáfora da FORÇA MORAL: SER CRISTÃO É SER BOM; SER PECADOR É SER MAU; FORÇA PARA RESISTIR É VIRTUDE MORAL, havendo os seguintes acarretamentos: (a) para permanecer bom em face do mal se deve ser moralmente forte; (b) alguém que é moralmente fraco não enfrenta o mal e, eventualmente, comete maldades.

A AUTORIDADE MORAL também surge como uma rica fonte metafórica para a análise de RELIGIÃO. Segundo Lakoff e Johnson (1999), é dos princípios morais da família que surge o paternalismo. Dentro desse tipo de metáfora surgem duas versões de autoridade. A primeira é a Autoridade Legitimada, ou seja, o respeito é merecido, produto do agir cuidadoso, responsável e moral por parte dos pais. A segunda versão diz respeito à Autoridade Absoluta. Nela, a autoridade está baseada na obrigação moral, por parte das crianças, de obedecer e respeitar seus pais, unicamente pelo fato de serem seus pais. Aplicada a Deus: UMA FIGURA DE AUTORIDADE É DEUS; UM AGENTE MORAL É O FIEL; MORAL É OBEDIÊNCIA.

De acordo com os autores, surge ainda a metáfora da ORDEM MORAL, que é baseada na TEORIA POPULAR DA ORDEM NATURAL. Na perspectiva da ORDEM MORAL, o maior e mais forte tende a dominar o mais fraco. Com

base nisso: DEUS TEM AUTORIDADE MORAL SOBRE OS HOMENS; O PADRE TEM AUTORIDADE MORAL SOBRE OS HOMENS; O HOMEM TEM AUTORIDADE MORAL SOBRE A NATUREZA.

A ESSÊNCIA MORAL é a metáfora segundo a qual os vícios e as virtudes nascem com as pessoas e a soma de ambos resulta no caráter. Sendo assim, o caráter de uma pessoa poderá ser medido pelos seus atos. Ao mesmo tempo, sabendo o caráter de uma pessoa pode-se prever como esta agirá. Surge, também, a metáfora da PUREZA MORAL. Aqui emerge uma relação entre “pureza” e “limpeza” da qual resulta a metáfora PUREZA É LIMPEZA. Assim, tem-se a metáfora derivada MORALIDADE É LIMPEZA. Segundo Lakoff e Johnson: “no domínio da moral, a pureza adquire um valor positivo – permanecer *puro* é uma coisa boa e desejável, enquanto ser *impuro* (por exemplo, ter pensamentos impuros) é visto como sendo mau.” (1999, p. 307).

Da relação existente entre a metáfora da PUREZA MORAL e a metáfora da ESSÊNCIA MORAL surge a questão da reabilitação moral que significa a possibilidade de limpar o ato de alguém restaurando a pureza da vontade. Lakoff e Johnson lembram: “A doutrina do pecado original é a visão de que a essência moral humana é inerentemente corrompida e impura e que as pessoas, portanto, agirão imoralmente quando deixadas a seu próprio controle.” (1999, p. 308).

Os autores finalizam a teoria do *Sistema da Metáfora Moral* com a metáfora do CUIDADO (PROTEÇÃO) MORAL. Tal metáfora exige empatia, ou seja, é necessário que se saibam quais são as necessidades dos outros para que se possa cuidá-los. Tomam como parâmetro a relação das crianças com seus pais. Nesse caso, as crianças têm direito à proteção, enquanto os pais têm o dever de provê-las e cuidá-las. Em decorrência dessa noção de cuidado/proteção, a moralidade, calcada na família, é transferida para a sociedade por meio do seguinte mapeamento: CUIDADO DA FAMÍLIA É CUIDADO MORAL; FAMÍLIA É COMUNIDADE; PAIS PROTETORES SÃO AGENTES MORAIS; CRIANÇAS SÃO PESSOAS QUE PRECISAM DE AJUDA; ATOS PROTETORES SÃO AÇÕES MORAIS.

Para os autores, são várias as metáforas para moralidade, as quais se fazem presente nas mais diversas culturas. Contudo, consideram como principal hipótese que se tratam de “modelos de família que ordenam as metáforas para moralidade numa perspectiva ética relativamente coerente, por meio das quais vivemos nossas vidas.” (LAKOFF e JOHNSON, 1999, p. 313).

Para corroborar tal hipótese, investigam dois modelos de família que dão origem a orientações morais variadas, são eles: A MORALIDADE DA FAMÍLIA DO PAI SEVERO e A MORALIDADE DOS PAIS PROTETORES.

A MORALIDADE DA FAMÍLIA DO PAI SEVERO está baseada no modelo nuclear de família, em que o pai é o provedor e autoridade moral máxima, a quem

cabe o poder de estabelecer as regras e governar a família. Por conseguinte, os demais membros da família devem acatar e obedecer a tais regras. As regras, de maneira geral, são impostas através de punições e recompensas. Já o papel da mãe, nesse modelo, é o de cuidar dos filhos e da casa, aceitando e respeitando a autoridade do pai. Assim, as metáforas mais representativas desse modelo são: AUTORIDADE MORAL, FORÇA MORAL e ORDEM MORAL, ficando submetidas a elas as metáforas da EMPATIA MORAL e da PROTEÇÃO MORAL. Na MORALIDADE DOS PAIS PROTETORES, respeito e obediência são adquiridos não pela punição e pelo medo, mas, ao contrário, pelo amor. Esses dois modelos são frequentes nos discursos que se analisam neste artigo. Exemplo da MORALIDADE DOS PAIS PROTETORES: “Mesmo os filhos, nascidos no Brasil, partilhavam da angústia paterna – como algo herdado com o sangue – e quando o sacerdote, o religioso, o missionário estivesse em seu meio, eles se sentiam tranquilos e felizes. [...] Deus parecia mais próximo e bem mais benigno. [...]” (ZAGONEL, 1975, p. 66-67). Exemplo da MORALIDADE DA FAMÍLIA DO PAI SEVERO: “[...] O sacerdote gozava da mais alta consideração e suas palavras tinham, em geral, a persuasão da lei. [...]” (MANFROI, 1975, p. 157).

O sacerdote é, para o católico, o representante de Deus e, sendo PAI o modelo prototípico de Deus, fica evidente a questão da autoridade imposta e aceita pelos fiéis, o que confirma a teoria da MORALIDADE DA FAMÍLIA DO PAI SEVERO. A título de exemplo: “[...] Além do mais, a fé simples e ingênua colocava o colono diante do sinal litúrgico como algo assim convencionado pelo próprio Deus e, por isso, intocável e imutável” (ZAGONEL, 1975, p. 57).

O respeito a DEUS-PAI advém, segundo Lakoff e Johnson (1999), das experiências do homem em família, ou seja, metaforicamente, os pais exercem AUTORIDADE MORAL sobre os filhos, significando que o PAI manda e os FILHOS obedecem, sem que haja qualquer tipo de questionamento sobre o que é imposto.

Os autores operam ainda com a metáfora da FAMÍLIA DO HOMEM. Esta teria dois modelos distintos para a moralidade humana: um que é baseado em alguma concepção de família, e outro baseado na moralidade da família. Ao pensar a moralidade em geral, a partir do conceito de FAMÍLIA, surge, segundo os autores, um mapeamento metafórico que leva a inferir que toda a humanidade é uma grande família, a família dos homens. Como consequência, o que se espera pela moral da obrigação é que todas as pessoas se tratem da mesma forma como tratariam os membros de sua família. Na relação entre as estruturas da moralidade humana e família chega-se a: FAMÍLIA É A HUMANIDADE; CADA CRIANÇA É CADA SER HUMANO; OUTRAS CRIANÇAS SÃO TODOS OS SERES HUMANOS; RELAÇÕES MORAIS DA FAMÍLIA SÃO RELAÇÕES MORAIS UNIVERSAIS; AUTORIDADE MORAL DA FAMÍLIA É AUTORIDADE MORAL

UNIVERSAL; MORALIDADE DA FAMÍLIA É MORALIDADE UNIVERSAL; PROTEÇÃO DA FAMÍLIA É PROTEÇÃO MORAL UNIVERSAL.

Dentre os candidatos a pai na *Família do Homem*, sugeridos pelos autores, aparece DEUS COMO PAI, que representa, na maioria das religiões, a figura de DEUS-PAI, o SER detentor do poder responsável pela ordem moral. A MORALIDADE DO PAI SEVERO fundamentaria a tradição moral ocidental, pois a criação do mundo e a ordem moral que o rege advêm desse DEUS TODO PODEROSO, cabendo aos homens o dever de aprender e praticar as leis por ele impostas. Para isso, deve-se desenvolver a força moral como forma de enfrentar o MAL existente no mundo. A relevância em manter tal postura está no fato de que no dia do Juízo Final todos serão condenados ou absolvidos de acordo com seus atos morais. Quanto a DEUS COMO PAI PROTETOR, os autores admitem ser o caso mais prototípico, intensificando a metáfora de DEUS COMO AMOR. Aqui, se revela um Deus amoroso e repleto de compaixão que não exige, tipicamente, uma moralidade da obediência às suas leis.

Como último candidato à moral dos PAIS surge a sociedade como um todo, e esta passa a ser concebida como FAMÍLIA. Dessa forma, as normas sociais são estabelecidas a partir das NORMAS DA FAMÍLIA, estando tudo isso ligado à metáfora do PAI SEVERO.

Dentre as teorias morais apresentadas por Lakoff e Johnson (1999), a teoria da ÉTICA CRISTÃ e a teoria da ÉTICA RACIONALISTA são as que melhor se ajustam ao estudo ora empreendido. Na ÉTICA CRISTÃ, Jesus é a manifestação maior do amor de Deus pelos homens, sacrificando, inclusive, sua vida em prol desse amor à humanidade. Nesse caso, fica clara a metáfora DEUS É AMOR, comprovando que o centro da moralidade está em desenvolver a *pureza de coração*, propiciando o surgimento de atos de amor mútuos. A ÉTICA RACIONALISTA aceita como verdadeira a moralidade do PAI SEVERO, porque há o entendimento de que as leis e o julgamento são produtos da racionalidade, logo a ela cabe o poder de comando, tanto para ditar as ordens, assim como para sentenciar. Este modelo de ética é o objeto do presente artigo.

3. Modelo do pai severo e metáfora de Deus-juiz: análise do corpus²

1 “[...] [(a) *Catequese e vida eram uma coisa só. No catecismo estava a verdade, por isto devia ser aprendida e praticada.*] [(b) *Quem fosse fiel iria para o céu. O pecador iria para o inferno eternamente, onde havia fogo e demônios com chifres, rabo, forçados, torturando os condenados.*]. É por isso que ao entrevistar várias

² A seleção das fontes para constituição do *corpus* ficou restrita a fontes documentais, uma vez que o período que compreende essa análise (1875 à década de 1950) dificulta, muitas

peçoas de 80, 90 anos perguntou-se: O senhor ou a senhora tem medo da morte? – ‘Eu não. Eu rezo para que Deus venha buscar-me.’ [(c) *Quer dizer, eles têm certeza que uma vez cumpridos os deveres cristãos, eles irão para o céu.*’] (BATTISTEL, 1981, p. 63).

(1b) “Quem fosse *fiel* iria para o céu. O pecador iria para o inferno eternamente, onde havia fogo e demônios com chifres, rabo, forcados, torturando os condenados.”

O imigrante italiano demonstrava ter grande preocupação com a vida após a morte, por isso suas orações e práticas ritualísticas buscavam justamente garantir o bem-estar na vida eterna. Ser FIEL, então, conduz à metáfora da CONTABILIDADE MORAL, mais especificamente, ao esquema moral básico da RETRIBUIÇÃO, ou seja, para essa metáfora a contabilidade é feita por uma autoridade legitimada, nesse caso, Deus. Dessa forma, no caso do pecador, a contabilidade feita por Deus, que é a autoridade legitimada, é que o condenará ao inferno, em função de seus débitos. Assim, surge a figura do DEUS-JUIZ que por meio do esquema moral da EQUIDADE pratica a justiça e, de acordo com a metáfora da CONTABILIDADE MORAL, faz o acerto de contas (os livros contábeis da moralidade são, então, equilibrados). O discurso revela a relação metafórica existente entre DEUS-JUIZ e PECADO: há um DEUS que imbuído do papel de JUIZ julga e condena o PECADOR que está por um RÉU. DEUS-JUIZ, de acordo com a estrutura radial proposta, é uma projeção metafórica de PAI AUTORIDADE e PAI AUTORIDADE nos conduz à metáfora da MORALIDADE DA FAMÍLIA DO PAI SEVERO. Por uma metáfora orientacional: IR PARA O CEU É BEM-ESTAR; BEM-ESTAR É PARA CIMA; IR PARA O INFERNO É PUNIÇÃO; PUNIÇÃO É PARA BAIXO. Além disso: SER FIEL É TER MAIS VIRTUDES; TER VIRTUDES É SER MAIS MORAL; SER MAIS MORAL TEM COMO RECOMPENSA O CÉU; O CEU É PARA CIMA; RECOMPENSA É PARA CIMA; O FIEL VAI PARA CIMA; O PECADO É QUEDA; O INFERNO É PARA BAIXO; O INFERNO É PUNIÇÃO; PUNIÇÃO É PARA BAIXO. E, pela metáfora da CONTABILIDADE MORAL: O BEM É RECOMPENSADO; O MAL É PUNIDO; ESTAR EM DÉBITO GERA PUNIÇÃO [DÉBITO].

vezes, que se tenha acesso direto aos informantes. A região de investigação compreende a Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul. Tendo em vista a diversidade de fontes documentais consultadas para compor o *corpus*, tornou-se necessário categorizá-las, bem como criar um sistema de notações. Quanto à categorização, as obras foram organizadas de acordo com a natureza de seus textos: Categoria 1 – livros de histórias sobre a imigração italiana que focalizam a questão da religião; Categoria 2 – livros sobre histórias de família/memórias; Categoria 3 – recortes de pesquisa historiográfica e sociológica com entrevistas; Categoria 4 – pesquisa antropológica – um estudo de caso; e Categoria 5 – entrevistas (que servem apenas para triangulação de dados). Além disso, um sistema de notações foi criado como forma de remissão às fontes que compõem o *corpus*, ficando, a título de exemplificação, assim estruturado: (C1, AB, S1), em que C1 = categoria; AB = Arlindo Battistel; S1 = segmento 1.

2 “O vigário dirigiu-se então, ao povo, pediu que se dispersasse, dizendo: ‘Ide para as vossas casas. [(a) *Entregai esse negócio a Deus que é Juiz dos vivos e dos mortos e não lhe faltarão meios para humilhar o soberbo e levantar o humilde*’]” (BRANDALISE, 1985, p. 46).

(2a) “*Entregai esse negócio a Deus que é Juiz dos vivos e dos mortos e não lhe faltarão meios para humilhar o soberbo e levantar o humilde.*”

Verifica-se a figura de Deus associada à de Juiz. Sendo assim, a referência a DEUS COMO JUIZ, no discurso da época, intensifica o modelo de PAI AUTORIDADE. A moralidade do PAI SEVERO também se faz presente nesse discurso, em que as regras do pai devem ser obedecidas, pois a ele cabe o poder de punir e gratificar. “Humilhar o soberbo” corresponderia ao esquema moral de retribuição, ou seja, nesse caso, a contabilidade é feita por uma autoridade legitimada, Deus, que é quem tem poder para punir e recompensar. A partir da metáfora da MORALIDADE DA FAMÍLIA DO PAI SEVERO, pode-se inferir que: DEUS-JUIZ REPRESENTA O PAI SEVERO; DEUS CONDENA E PUNE; DEUS ABSOLVE. Logo, por acarretamento metafórico: O JUIZ CONDENA E PUNE; O JUIZ ABSOLVE.

3 “Os imigrantes italianos do RS eram, em sua maioria absoluta, católicos praticantes. [(a) *A participação das celebrações litúrgicas, nos domingos e dias de festa, era uma obrigação moral, pois só o praticante era considerado pessoa de fé, digno da estima e aceitação dos demais.*] [(b) *O sacerdote gozava da mais alta consideração e suas palavras tinham, em geral, a persuasão da lei.*] Essa educação eles a receberam, desde o berço, em suas regiões de origem, principalmente, no Vêneto, onde a presença da religião e do clero era determinante na vida da sociedade.” (MANFROI, 1975, p. 157).

(3b) “*O sacerdote gozava da mais alta consideração e suas palavras tinham, em geral, a persuasão da lei.*”

Em (3b), o discurso apresentado reforça a visão do sacerdote como representante de Deus e, nesse caso, converge para o modelo proposicional do PAI SEVERO. Esse modelo de PAI leva à autoridade moral absoluta, ou seja, o sacerdote, ao estar por Deus, deve ser respeitado, simplesmente porque se entende que assim deve ser. Daí advém que, se: DEUS TEM AUTORIDADE ABSOLUTA, DEUS-JUIZ IMPÕE AS LEIS. Então: SACERDOTE TEM AUTORIDADE ABSOLUTA e SACERDOTE IMPÕE AS LEIS.

4 “[...] Além do mais, [(a) *a fé simples e ingênua colocava o colono diante do sinal litúrgico como algo assim convencionado pelo próprio Deus e, por isso, intocável e imutável.*]” (ZAGONEL, 1975, p. 57).

(4a) “a fé simples e ingênua colocava o colono diante do sinal litúrgico como algo assim convencionado pelo próprio Deus e, por isso, intocável e imutável.”

DEUS É A AUTORIDADE ABSOLUTA. Essa aceitação, por parte do homem, advém, segundo Lakoff, de suas experiências vividas em família, ou seja, metaforicamente, os pais exercem AUTORIDADE MORAL sobre os filhos, significando que o PAI manda e os FILHOS obedecem. Então: DEUS É AUTORIDADE ABSOLUTA; PAI É AUTORIDADE ABSOLUTA, acarretando que: FILHOS OBEDECEM AO PAI e FIÉIS CRISTÃOS OBEDECEM A DEUS.

5 “[a] Um colono, recentemente, vendo o seu parreiral, em plena produção, derrubado por um temporal, enlouqueceu. Outro há mais tempo, em idêntica circunstância, saiu com o crucificado pela colônia mostrando-lhe o prejuízo que sofrera (Ranzolin).]” (AZEVEDO, 1994, p. 198).

(5a) “Um colono, recentemente, vendo o seu parreiral, em plena produção, derrubado por um temporal, enlouqueceu. Outro há mais tempo, em idêntica circunstância, saiu com o crucificado pela colônia mostrando-lhe o prejuízo que sofrera.”

O enunciado demonstra o papel metonímico de alguns objetos sacros. Nesse caso, o crucifixo é tomado metonimicamente por Deus, uma vez que representa o Filho de Deus crucificado, razão pela qual o imigrante o utiliza para mostrar os prejuízos que havia sofrido em virtude de um temporal. Sendo assim, o objeto é personificado, atribuindo-se à imagem uma capacidade perceptual (olhos para ver), daí a importância dada aos objetos, pois os objetos são, em essência, metonímicos. Logo, por metonímia: O CRUCIFIXO ESTÁ POR JESUS. JESUS ESTÁ POR DEUS, acarretando que: AS FORÇAS DA NATUREZA ESTÃO POR DEUS. Além disso, a referência às forças destrutivas da natureza revela um outro aspecto da figura de Deus, que é a de um DEUS-PATRÃO, isso porque ele, como Criador, é proprietário da natureza, dispondo dela de acordo com sua vontade. Essa questão da figura de DEUS COMO PATRÃO é melhor desenvolvida no recorte (7c).

Para o imigrante, os desastres provocados pela natureza eram uma das formas encontradas por Deus para castigá-lo. Essa idéia de um Deus que castiga, remete, mais uma vez, à metáfora da MORALIDADE DA FAMÍLIA DO PAI SEVERO, ou seja, uma vez que o homem não respeita as regras morais por ele impostas, esse homem merece ser castigado, e o é pelos fenômenos da natureza.

6 “[a] Imigrantes excessivamente religiosos não dispensam de modo algum o padre e a Igreja. “Quem conhece, sobretudo por observação própria, as colônias do Império, sabe perfeitamente que o padre é o mais poderoso elemento de ordem, moralidade e estabilidade para os colonos”.] Chefes das comissões aproveitam-se dele como auxiliar indispensável para conseguir que os imigrantes recém-chegados povoem os núcleos novos, dediquem-se ao trabalho agrícola com perseverança, obedecem às suas determinações e não abandonem os lotes” (AZEVEDO, 1994, p. 19).

(6a) “Imigrantes excessivamente religiosos não dispensam de modo algum o padre e a Igreja. ‘Quem conhece, sobretudo por observação própria, as colônias do Império sabe perfeitamente que o padre é o mais poderoso elemento de ordem, moralidade e estabilidade para os colonos’.”

Para o imigrante italiano, a presença do padre e da Igreja eram essenciais na sua vida e em sua organização social. O padre era aceito como uma autoridade pelos imigrantes. Essa relação de dependência e respeito revela, de forma subjacente, a influência do *Sistema da Metáfora Moral*, mais exatamente, a metáfora da MORALIDADE DA FAMÍLIA DO PAI SEVERO, ou seja, nesse modelo, desponta a figura do PAI AUTORIDADE que representa a AUTORIDADE MORAL ABSOLUTA. Sendo assim, o PADRE adquire poderes para estabelecer as regras que regem a comunidade, as quais devem ser obedecidas. Dessa forma, de acordo com esse modelo: UMA FIGURA DE AUTORIDADE É O PADRE; UM AGENTE MORAL É O CRISTÃO; MORALIDADE É OBEDIÊNCIA. Por acarretamento: AO PADRE DEVE-SE OBEDIÊNCIA; AO PADRE DEVE-SE RESPEITO; A FIGURA DO PADRE GARANTE A ORDEM MORAL.

Verifica-se a questão da aceitação, por parte do imigrante católico, da metáfora da ORDEM MORAL: o PADRE como sendo hierarquicamente superior, acarretando que: DEUS TEM AUTORIDADE MORAL SOBRE O PADRE E AS PESSOAS; O PADRE TEM AUTORIDADE MORAL SOBRE AS PESSOAS; OS HOMENS TÊM AUTORIDADE MORAL SOBRE OS MEMBROS DE SUA FAMÍLIA. Sendo assim, IGREJA e PADRE estão diretamente ligados a DEUS. Logo, metonimicamente: A IGREJA ESTÁ POR DEUS; O PADRE ESTÁ POR DEUS.

7 “[a] O conceito de Deus é o de uma autoridade suprema, que dá prêmios e castigos imediatos e infalíveis. [(b) Deus não é um pai que tem filhos, mas um Senhor que tem súditos e servos. À autoridade paterna e materna, na família, atribui-se a função de Deus. Por isso, os pais sentiam-se imbuídos do poder de perdoar ou de condenar, de abençoar ou de amaldiçoar.][(c) Deus é o dono da natureza, que a manipula em favor ou contra o homem. As secas, as enchentes e as tempestades eram, muitas vezes, vistas como castigo contra a blasfêmia ou a pouca frequência aos atos religiosos.]]” (BATTISTEL, 1982, p. 50).

(7a) “O conceito de Deus é o de uma autoridade suprema, que dá prêmios e castigos imediatos e infalíveis.”

Verifica-se que a figura de Deus, em algumas situações, era vista como a de um justiceiro, ou seja, àquele que praticava o bem, Deus concedia PRÊMIOS; àquele que praticava o mal, ou que não praticava os ensinamentos da religião, Deus imputava CASTIGOS. Essa figura de um Deus autoritário remete ao modelo PAI AUTORIDADE, do qual derivam os submodelos DEUS-REI e DEUS-JUIZ que, sustentados na metáfora da moralidade, remetem ao PAI SEVERO. Com

base nisso, Deus é projetado metaforicamente como: DEUS É JUIZ PORQUE TEM O PODER DE DAR PRÊMIOS OU CASTIGAR; DEUS É REI PORQUE É ACEITO COMO AUTORIDADE SUPREMA.

(7b) “Deus não é um pai que tem filhos, mas um Senhor que tem súditos e servos. À autoridade paterna e materna, na família, atribuía-se a função de Deus. Por isso, os pais sentiam-se imbuídos do poder de perdoar ou de condenar, de abençoar ou de amaldiçoar”.

Esse recorte complementa o anterior, ou seja, a partir do modelo PAI AUTORIDADE, projeta-se a figura de DEUS-REI, esse que conduz à metáfora da AUTORIDADE MORAL, mais exatamente, à AUTORIDADE ABSOLUTA. Essa metáfora, de acordo com Lakoff, prevê a obrigação da obediência, unicamente porque assim é que deve ser. Assim: DEUS É AUTORIDADE ABSOLUTA; OS PAIS SÃO AUTORIDADES ABSOLUTAS, que, por acarretamento metafórico, leva a: DEUS É REI; O REI TEM SÚDITOS E SERVOS; DEUS TEM SÚDITOS E SERVOS; O CRISTÃO É SERVO DE DEUS.

Assim como um REI tem poderes incontestáveis de condenar e perdoar, o PAI assume os mesmos poderes diante de seus filhos. Implícito a esses poderes está a influência da metáfora da ORDEM MORAL. Essa metáfora está baseada na TEORIA POPULAR DA ORDEM NATURAL, na qual o mais forte e melhor dotado tende a exercer domínio sobre o mais fraco. Assim: DEUS TEM AUTORIDADE ABSOLUTA SOBRE AS PESSOAS; OS PAIS TÊM AUTORIDADE SOBRE SEUS FILHOS.

(7c) “Deus é o dono da natureza, que a manipula em favor ou contra o homem. As secas, as enchentes e as tempestades eram, muitas vezes, vistas como castigo contra a blasfêmia ou a pouca frequência aos atos religiosos”.

Em (7c), surge uma nova forma de referir a figura de Deus, que é DEUS-PATRÃO, representando aquele que detém a propriedade da terra, e a terra é a natureza. Assim, Deus pune os pecadores por meio de fenômenos naturais. Essa idéia de punição representa, pela metáfora da CONTABILIDADE MORAL, a imputação de um castigo como forma de pagar um débito, produto de sua fraqueza moral. Deus, nesse caso, atua como um juiz remetendo à figura de DEUS-JUIZ. Como DEUS-PATRÃO, Deus utiliza a natureza, que lhe pertence, como forma de punir os pecadores.

8 “[a) À primeira vista aparece com clareza o imenso trabalho a ser feito em termos de purificação do sentimento religioso, proclamando mais a figura de Deus como Pai do que a imagem de Deus como Juiz.] Importa, também, reencontrar o espírito da intensa solidariedade cristã e a participação leiga no exercício da religião.

São duas dimensões importantes para a renovação da Igreja nas comunidades de etnia italiana” (BATTISTEL, 1982, p. 50)

(8a) “À primeira vista aparece com clareza o imenso trabalho a ser feito em termos de purificação do sentimento religioso, proclamando mais a figura de Deus como Pai do que a imagem de Deus como Juiz”.

A partir do discurso do imigrante italiano, observa-se que, metaforicamente, o sentimento religioso pode ser purificado através da ação do padre, advindo daí a metáfora da PUREZA MORAL. Logo, se: O SENTIMENTO RELIGIOSO PODE SER CONTAMINADO PELO MAL; O PADRE ATUA NA PURIFICAÇÃO; SER PURO É SER BOM. Então: PURIFICAR O SENTIMENTO RELIGIOSO LEVA A SER OU MANTER-SE BOM. Aqui há a necessidade de propagar a imagem de DEUS-PAI, em vez de DEUS-JUIZ, visto que, para o imigrante, Deus se assemelhava, em alguns momentos, mais a alguém justiceiro, vingativo. A figura de DEUS-PAI parece possuir uma conotação de proteção, cuidado, enquanto DEUS-JUIZ parece corresponder a alguém mais vingativo, mais voltado à punição do que à recompensa, alguém sempre preocupado em manter as contas em dia, remetendo dessa forma para a metáfora da CONTABILIDADE MORAL.

9 “[a) A existência de um clero bastante impositivo e dominador fez com que se criasse uma tradição religiosa subjacente. Em algumas localidades, há uma forte convicção de que determinado lugar é amaldiçoado, porque alguns, antigamente, espancaram o Padre, ou o expulsaram. [...] “Qüêl posto lá lé maledio dal prete, per quêsto no el pol ndar vânt” – “Este lugar é amaldiçoado pelo Padre, por isto não poderá progredir”.] [(b) E a morte das pessoas que provocaram a maldição, sempre era considerada castigo de Deus, especialmente se nos últimos dias tivessem sofrido muito ou tivessem falecido sem os confortos da religião”.] (BATTISTEL, 1982, p. 55).

(9a) “A existência de um clero bastante impositivo e dominador fez com que se criasse uma tradição religiosa subjacente. [...] Este lugar é amaldiçoado pelo Padre, por isto não poderá progredir”.

Aqui se confirma a relevância da presença do padre nas comunidades de imigrantes italianos, chegando, algumas vezes, a exceder seu caráter de guia espiritual, passando a representar um papel mais impositivo no comando do comportamento da comunidade. Nesse caso, percebe-se o PADRE como representante da figura do PAI SEVERO, AUTORITÁRIO. De acordo com esse modelo de PAI, as punições e gratificações são produtos das regras morais impostas. Sendo assim, um local amaldiçoado pelo PADRE, representava, metonimicamente, ter sido amaldiçoado pelo próprio DEUS, demonstrando a influência da metáfora da MORALIDADE DA FAMÍLIA DO PAI SEVERO, na ordem social vigente. Logo, por uma metáfora orientacional: SER AMALDIÇOADO É NÃO IR PARA FRENTE, acarretando que: LUGAR AMALDIÇOADO NÃO PROGRIDE.

10 “João Andreola nasceu em 5 de setembro de 1908, seu pai era natural de Caxias, sua mãe de Ana Rech. Seus avós, segundo diz, devem ser de Treviso, na Itália.

[...] “A religião de ontem e de hoje

– Que acha da religião e da juventude, é melhor agora ou antes?

– Em primeiro lugar, [(a) eu não achei certo que os padres tirassem a batina, parece-me que são menos respeitados, porque a batina representava um soldado com sua farda. Um soldado, quando está sem farda, ninguém lhe faz caso, nem parece um soldado, mas se tem a farda, é mais respeitado. E o padre também me parece que era mais respeitado.] Depois que tirou a batina, parece que o povo perdeu um pouco do respeito pelo padre. Mas acredito que o padre acompanha um pouco o resto do povo. Parece-me que o povo vai perdendo a fé e segue outras religiões e parece que os padres também seguem o povo, há os que são muito bons e há os que não fazem corretamente sua obrigação. Porém, em outros tempos, também conheci padres que não obedeciam as ordens do bispo” (BATTISTEL, 1982, p. 149-150).

(10a) “eu não achei certo que os padres tirassem a batina, parece-me que são menos respeitados, porque a batina representava um soldado com sua farda. Um soldado, quando está sem farda, ninguém lhe faz caso, nem parece um soldado, mas se tem a farda, é mais respeitado. E o padre também me parece que era mais respeitado”.

Em (10a), tem-se projetada a figura do PADRE como um SOLDADO a serviço de DEUS, confirmando o submodelo proposto na estrutura radial DEUS-REI. Segundo Burkert (1996), o fato de Deus representar poder e autoridade justificaria a relação feita, nas mais variadas culturas, com a figura de um monarca. Aceitando que DEUS É REI, pode-se inferir que exista um exército a seu serviço composto por SOLDADOS. Esses SOLDADOS são representados pelo PADRE que tem em sua batina a farda que identifica a guarda real. Assim sendo, se, metaforicamente: DEUS É REI e UM REI TEM SOLDADOS. Então: O PADRE É UM SOLDADO; O PADRE USA BATINA; A BATINA É UMA FARDA.

Além disso, levando em consideração a metáfora da ORDEM MORAL, se: O REI É HIERARQUICAMENTE SUPERIOR e OS SOLDADOS SÃO HIERARQUICAMENTE SUPERIORES AOS SÚDITOS. Então: DEUS É HIERARQUICAMENTE SUPERIOR; O PADRE É HIERARQUICAMENTE SUPERIOR.

³ Texto original: “– Cossa catéo dea religion des giuventù, zeo méio desso o prima?”. “– Ma, mi, in primeiro lugar, che no cato mia serto lê sta i préti tirar la batina, i é manco respeitádi me par, parchê la batina representava un soldado c ola falda. Un soldado co lê sensa falda, allora no i ghe fá gnanca cazo, par gnanca che'l sai un solda, ma se el gá a falda, lê pí respeitado. E anca el prete mi me par che lera pí respeitado. Dopo che'l lá tirá dô la batina, par chel povo el gá perso um poco el respeito al prete. Ma el prete acompagna, mi digo, anca el altro povo né. Me par chel povo vá perdendo la fede, un poco i 'segue' altre religion e i préti mí me par che i ghe vá drio um poco anca lóri, ghiné che i zé gran bôni e ghiné de quèi che parchê no i fá serto la só obrigasson. Magári, anca de tempo mi ghinó cognossést préti che no i obedessa la orden del bispo”.

4. Considerações finais

Mesmo tendo apenas se apresentado uma amostragem de discursos analisados, espera-se ter fornecido uma proposta de metodologia de pesquisa qualitativa em Semântica Cognitiva e um conjunto de análises que exemplifiquem parte dos resultados obtidos com a utilização do Modelo do PAI SEVERO e a metáfora DEUS COMO JUIZ.

Esse tipo de estudo amplia os campos de aplicação da Semântica Cognitiva, fazendo com que, efetivamente, esta colabore com estudos de natureza sociocultural; no caso, com estudos de sistemas conceptuais num período histórico delimitado de uma cultura regional. Uma investigação dessa natureza serve de base para uma pesquisa cujo objetivo seja a análise da categoria RELIGIÃO, tal como estruturada radialmente em modelos cognitivo-culturais, nas comunidades influenciadas pela história da formação das estruturas conceptuais dessa cultura regional. Poderia, na continuidade desse estudo, se verificar as eventuais alterações na estrutura radial, construída a partir do *corpus* que abrange o período de 1875 à década de 50, avançando para períodos posteriores – com outros instrumentos de pesquisa –, especialmente no que se refere à possível prototipicidade do Modelo do PAI SEVERO, através de metáforas como a de DEUS-JUIZ, ou do Modelo do PAI PROTETOR, manifestadas linguisticamente por outras tantas metáforas. Esses dois modelos muitas vezes se alternam de acordo com experiências individuais ou coletivas, mas, de qualquer modo, situadas na esfera de uma cultura ou subcultura.

Bibliografia

- AZEVEDO, Thales de. *Os italianos no Rio Grande do Sul*: cadernos de pesquisa. Caxias do Sul: EDUCS, 1994.
- BATTISTEL, Arlindo I. *Colônia italiana*: religião e costumes. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.
- BATTISTEL, Arlindo I.; COSTA, Rovílio. *Assim vivem os italianos*: vida, história, cantos, comidas e histórias. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes e Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1982. v. 1.
- BRANDALISE, Ernesto. *Paróquia Santa Teresa*: cem anos de fé e história 1884-1984. Caxias do Sul: EDUCS, 1985.
- BURKERT, Walter. *A criação do sagrado*: vestígios biológicos nas antigas religiões. Traduzido por Vitor Silva. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1996.
- DE BONI, Luis A. *La Mérica*: escritos dos primeiros imigrantes italianos. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1977.
- FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. *Semântica Cognitiva*: ilhas, pontes e teias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

- GRANZOTTO, Carina Maria Niederauer. *Semântica Cognitiva Aplicada: a radialidade da categoria RELIGIÃO nos discursos dos imigrantes italianos (de 1875 à década de 1950)*. 2007. 326p. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) – Curso de Pós-graduação, Universidade de Caxias do Sul, 2007.
- LAKOFF George; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western thought*. New York: Basic Books, 1999.
- LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.
- ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração italiana: os capuchinhos de Sabóia e seu contributo à Igreja do Rio Grande do Sul (1895-1915)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1975.